

# [Juíza Adriana Ramos de Mello fala sobre relacionamentos abusivos e feminicídio](#)

A juíza de Direito Adriana Ramos de Mello trata do feminicídio, abordando questões como relacionamentos abusivos, escalada da violência e amores fatais. Você certamente conhece uma mulher em risco. Envie esse vídeo para ela e ajude a erradicar a violência de gênero. Juntas somos mais!

---

## [Violência doméstica: juiz nega recurso em liberdade a ex-diplomata condenado](#)

Condenado a um ano e oito meses de prisão, em regime inicial semi-aberto por crime de lesão corporal e ameaça de morte a ex-namorada, a Justiça negou ao ex-diplomata Renato de Ávila Viana o direito de recorrer em liberdade.

**[\(Folha de S.Paulo, 17/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

A decisão é do juiz Ben-Hur Viza, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Núcleo Bandeirante, no Distrito Federal. Cabe recurso da decisão.

Na denúncia, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios narrou que o acusado, valendo-se das relações domésticas e íntimas que tinha com Joyce Annie Paiva Silva, a agrediu, causando lesões corporais, e a ameaçou de morte.

Segundo o informa o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, consta nos registros policiais que “o casal se desentendeu no interior de um quarto de motel, momento em que o acusado agrediu a vítima com tapas, murros, puxões de cabelo, chegando a quebrar seu dente da frente, entre outras lesões descritas em laudo pericial, além de ameaçá-la de morte”.

Ao negar o benefício de substituição e de suspensão condicional da pena, o magistrado registrou:

*“Embora primário de bons antecedentes, a conduta social do acusado recomenda um regime mais grave que o aberto e mais brando que o fechado. Como já examinado acima, o réu já foi condenado por outro crime praticado contra a ofendida em contexto de violência doméstica contra a mulher, por meio de sentença penal com trânsito em julgado.*

*Ademais, há mais uma ação penal em curso também contra a mesma vítima, além de outro inquérito policial instaurado por fato praticado contra outra vítima e por crime de desacato. Embora tais fatos não configurem reincidência ou antecedentes penais, eles desabonam a sua conduta social.*

*Destaco, ainda, que as infrações praticadas no contexto de violência doméstica são de extrema ofensividade social, notadamente pela ratio essendi da Lei Maria da Penha, elaborada com a finalidade de proteger as mulheres no âmbito doméstico e familiar”.*

Em setembro, o Sinditamaraty (Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores) publicou nota oficial. “Acreditamos que com esse episódio, o Itamaraty, finalmente, entenda que a sociedade clama por respostas mais rápidas. Os processos precisam caminhar com mais agilidade, claro, sempre respeitando o princípio do contraditório e da ampla defesa”, sustentou o sindicato.

Em dezembro de 2017, o Ministério das Relações Exteriores publicou portaria exonerando Renato de Ávila Viana, primeiro-secretário da carreira de diplomata. Em setembro deste ano, o ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, demitiu o diplomata, com base no julgamento de processo administrativo disciplinar.

A advogada Denia Erica Gomes Ramos Magalhães, que defende o ex-diplomata, informa que vai recorrer da decisão.

“Entendemos a negativa do direito de recorrer em liberdade como uma medida abusiva, uma punição desproporcional motivada pelo clamor público e pela Lei Maria da Penha”, disse.

Segundo a advogada, isso não ocorreu em outras situações. Ela citou o caso de um policial federal que matou uma pessoa, foi condenado a 24 anos de prisão de reclusão e recorre em liberdade.

*Frederico Vasconcelos*

---

## **Maria da Penha é a nova integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**

O Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (17) apresenta a ativista Maria da Penha como a nova integrante emérita do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). A escolha foi realizada pelo pleno, de forma unânime. A portaria publicada no DOU é assinada pelo Ministro dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha. A posse deverá acontecer até o final do mês.

**(Ministério dos Direitos Humanos, 17/12/2018 - acesse no site de origem)**

“Fiquei muito feliz com o convite. É uma honra fazer parte do Conselho e contribuir para o avanço das políticas públicas para mulheres”, afirmou Maria da Penha, ao ser informada sobre a indicação.

Para o Ministro dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha, Maria da Penha é uma mulher de luta. “Lutou para que seu agressor viesse a ser condenado e hoje é líder de movimentos de defesa dos direitos das mulheres, vítima emblemática da violência doméstica”.

“A ideia do Conselho Nacional de Direitos da Mulher é fortalecer as políticas públicas para mulheres. A presença da Penha no colegiado, com toda sua experiência, será enriquecedora”, assegura Andreza Colatto, Secretária Nacional de Políticas para Mulheres e Presidente do CNDM.

**Histórico** - Maria da Penha foi vítima de violência doméstica. O marido dela tentou assassiná-la duas vezes, na primeira com uma arma de fogo, que a deixou paraplégica, e, na segunda, por eletrocussão e afogamento. Após as duas tentativas de homicídio, Maria da Penha denunciou o parceiro, por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A farmacêutica Maria da Penha é figura central dos avanços realizados no Brasil no processo de enfrentamento à violência doméstica. A sua luta pessoal impulsionou a criação da [lei nº 11.340](#), sancionada em 2006 e que, de acordo com as Organizações das Nações Unidas (ONU), está entre as três melhores legislações do mundo, considerando a temática.

A legislação deu origem também aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além da alteração do Código de Processo Penal, do Código Penal e da Lei de Execução Penal e promoveu uma mudança na gestão pública.

O CNDM é um órgão deliberativo e consultivo, responsável por propor políticas públicas que promovam a igualdade entre mulheres e homens. O CNDM foi criado em 1985 pela Lei 7.353, e desde 2003 integra a estrutura da SPM.

---

## [Maioria das denúncias contra João de Deus expirou prazo legal, diz delegada](#)

*Responsável pela investigação afirma que médium não responderá por maioria das acusações*

**[\(Folha de S.Paulo, 17/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

A delegada Karla Fernandes, responsável pela investigação de supostos abusos sexuais cometidos por [João de Deus](#), disse nesta segunda (17) que o médium não vai responder pela maioria dos crimes dos quais é suspeito.

Os 15 casos [sob análise da Polícia Civil de Goiás](#), segundo ela, se referem a violação sexual mediante fraude (no caso específico, usar da fé das mulheres para cometer atos libidinosos com elas).

Até setembro deste ano, segundo a investigadora, a lei previa um prazo decadencial (para a denúncia ser feita) de até seis meses após a data do fato. Mas quase todos eles são antigos e a comunicação não se deu em tempo hábil.

Houve mudança na legislação penal e, somente desde aquele mês, o prazo decadencial não existe mais para esse crime. A mudança não se aplica aos casos anteriores, pois a lei brasileira

não permite que uma regra nova retroaja para prejudicar o réu.

Fernandes ponderou ser importante que as [mulheres continuem levando informações às autoridades](#), mesmo tratando-se de ocorrências antigas, pois elas podem servir de testemunhas e reforçar o quadro probatório contra o médium.

A delegada, que trabalhou por oito anos na Delegacia de Mulheres de Goiânia, explicou [que o crime de estupro](#) não se aplica aos casos sob análise, pois, segundo ela, não houve “conjunção carnal”. De acordo com o Código Penal, contudo, a definição de estupro não se restringe à prática da conjunção carnal, podendo envolver outros atos libidinosos praticados mediante violência ou grave ameaça.

[O único caso posterior a setembro](#), que vem sendo considerado o principal, é o de uma mulher de 43 anos, moradora de Goiânia, que administra uma casa espírita. Ela contou ter procurado João de Deus para buscar a solução de problemas nesse centro espiritual. Foi a primeira a ser atendida e, segundo a versão apresentada, logo levada para uma sala reservada, cujas luzes estavam apagadas.

O médium teria então massageado a região sob o ventre da mulher, sob o argumento de dissipar uma energia ruim. Ela relatou que, em determinado momento, notou que João de Deus estava com o pênis de fora e reagiu, alegando que havia algo errado. Ele teria interrompido a sessão e solicitado que ela não contasse nada a ninguém.

A delegada afirmou que, em depoimento, [João de Deus disse não conhecer ou não se lembrar](#) de várias mulheres que o acusam e negou os abusos. Porém, quando questionado sobre esse caso mais recente, teria alterado o tom de voz e dito que a suposta vítima teria de apresentar alguma prova que comprovasse violação sexual.

Ele teria alegado que a acusadora é uma mulher problemática. “Além de negar o fato, ele tentou imputar em relação à vítima que ela teve problema na instituição [espírita à qual é ligada]. Tentou jogar para cima dela que estava tentando se aproveitar da situação”, comentou a policial.

A delegada afirmou que essa mulher foi a única encorajada pelo companheiro, seu namorado, a denunciar.

Contou que um dos casos é o de mãe e filha que relatam ter sido abusadas, mas que o marido e pai das supostas vítimas teria minimizado o problema e continuado frequentando a o centro de cirurgias [espirituais do médium](#). “Se o pai não defende a própria filha, ela tem medo de se expor.”

Fernandes disse que muitas das mulheres alegam que, no momento das supostas violações, não percebiam que se tratasse de um abuso, embora se sentissem mal.

“São pessoas vulneráveis. Para todos que estavam ali, aquilo era um momento de apogeu, de benção.”

A Justiça autorizou a Polícia Civil a fazer buscas em 20 endereços ligados a João de Deus. Os investigadores informaram que pretendem [vasculhar ao menos quatro locais frequentados pelo médium](#), entre eles a estremecia dele e a casa dom Inácio de Loyola, em busca de mídias que possam conter mensagens e outras possíveis provas dos crimes.

Questionada se essas diligências não deveriam ser sigilosas, a delegada reagiu: “Sigilo de que, se esse trem já está tão estourado”. Ela explicou que conteúdos eventualmente apagados das mídias podem ser recuperados.

O objetivo das buscas é também o de conhecer os espaços em que, conforme o relato das vítimas, ocorriam abusos. E levantar eventuais funcionários e frequentadores que possam servir de testemunhas.

## **MAIS DE 500 RELATOS**

O promotor de Justiça Luciano Miranda Meireles, [da força-tarefa que investiga João de Deus](#) por supostos crimes sexuais, disse nesta segunda-feira (17) que o Ministério Público já recebeu 506 relatos, por email, de mulheres que se dizem vítimas do médium.

Nesse universo de denúncias, 30 foram formalizados [por meio de depoimentos prestados](#) às promotorias de regiões diversas. As mulheres que alegam ser vítimas de João de Deus são de Ceará, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Pará, Santa Catarina, Piauí e Maranhão. Do exterior, são seis países diferentes com denúncias coletadas: Alemanha, Austrália, Bélgica, Bolívia, Estados Unidos e Suíça.

O promotor explicou que, entre os casos reportados, vários tratam de violações nos últimos seis meses, o que favorece o indiciamento e a denúncia do suspeito.

A despeito da afirmação da delegada Karla Fernandes sobre o prazo de prescrição de crimes, o promotor disse que as denúncias recebidas pelas promotorias são sobre outros tipos de crimes, aos quais não se aplica o prazo decadencial.

“Temos vários casos que ocorreram nos últimos seis meses e, além disso, [alguns desses crimes contra a dignidade sexual](#) não precisam observar esse período. Temos o chamado crime de estupro de vulnerável, que é exatamente aquele em que o agente, se valendo da enfermidade da vítima, pratica o abuso sexual. E nós já temos vários relatos nesse sentido”, declarou.

Por lei, além de doentes, são considerados vulneráveis menores de 14 anos. A pena para o estupro dessas pessoas é de até 15 anos de prisão. O promotor disse que também há casos de estupro de pessoas não vulneráveis sob análise, o que pode render até dez anos de reclusão. No caso da violação sexual mediante fraude, são até seis anos de cadeia.

“Tudo vai depender da [análise do caso concreto](#). Há a variação entre essas tipificações e é isso que os relatos estão nos mostrando. Há a prática desses três crimes de forma reiterada”, afirmou.

O caso João de Deus está sendo investigado por duas forças-tarefas distintas, uma na Polícia Civil e outra no Ministério Público de Goiás. Os dois grupos trocam informações.

Meireles falou sobre os casos na saída de uma reunião com o delegado-geral de Goiás, André Fernandes.

O promotor disse que há indícios de que outras pessoas, próximas ao médium, tinham conhecimento dos abusos e que, se confirmado, essas pessoas responderão pelos mesmos crimes.

Há também suspeitas de que o suspeito lavava dinheiro, o que será analisado, contudo, num segundo momento.

## **HABEAS CORPUS**

O advogado Alberto Toron, [apresentou nesta segunda à Justiça de Goiás](#) um habeas corpus para libertar João de Deus. Ele pede que a prisão seja revogada ou, alternativamente, que seu cliente seja transferido do regime fechado para o domiciliar.

Nesta hipótese, se deferido o pleito, o médium seria monitorado por tornozeleira eletrônica e teria de cumprir medidas cautelares, como afastar-se do local de trabalhos. Toron visitou o médium nesta segunda e disse que ele está abatido, mas bem.

Suspeito de cometer abuso sexual de mulheres, o médium está preso desde a véspera no núcleo de custódia do complexo penitenciário de Aparecida de Goiânia.

Toron considerou positivo o fato de seu cliente ter sido alojado [numa cela com mais três pessoas](#). “Não sei se vocês sabem, mas ficar sozinho numa cela é talvez o pior castigo que se possa impor a um preso. O diretor [do presídio] teve o cuidado de deixá-lo com outros presos de nível superior. Ele está bem, os presos o tratam bem. Isso até o favorece em termos de um convívio mais ameno, menos duro”, comentou.

*Fábio Fabrini*

---

## **ONU se compromete contra assédio sexual em resolução questionada por EUA**

A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou nesta segunda-feira uma resolução sobre o assédio sexual e a violência contra as mulheres, apesar das tentativas dos Estados Unidos de suavizar a medida, especialmente no que se refere ao aborto e ao planejamento familiar.

**(UOL, 17/12/2018 - acesse no site de origem)**

A administração de Donald Trump tentou retirar desta resolução não vinculante as menções sobre acesso aos serviços de saúde reprodutiva, aborto seguro e direito das mulheres de decidir livremente sobre questões vinculadas a sua sexualidade.

Em votação solicitada por Washington, 130 países se manifestaram a favor da manutenção das citadas menções, 31 se abstiveram e apenas os EUA foram contrários.

A resolução foi aprovada em sua totalidade pela Assembleia Geral.

França e Holanda estão na origem das negociações sobre esta resolução que, pela primeira vez após o surgimento do movimento #MeToo, menciona a luta contra o assédio sexual.

No passado mês de novembro, a França criticou o giro dos Estados Unidos por se alinhar a posições de governos menos progressistas em matéria de direitos das mulheres.

“Necessitamos ter os Estados Unidos neste combate contra o assédio sexual, de acordo com os valores que os EUA sempre defenderam”, disse à AFP o embaixador francês na ONU, François Delattre.

Segundo diplomatas, os esforços de Washington para atenuar a resolução foram ditados por partidários ultraconservadores ligados ao vice-presidente Mike Pence, abertamente oposto ao aborto.

---

## “Precisamos desconstruir masculinidades tóxicas”, afirma Sérgio Barbosa

*Desconstruir padrões de masculinidade desde a infância é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária*

**(Agência Patrícia Galvão, 17/12/2018)**

O dia 6 de dezembro é marcado como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Dentre muitos assuntos abordados por eles e para eles durante os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres está a desconstrução de padrões de masculinidade estabelecidos pelo patriarcado.

A construção de uma sociedade mais justa para mulheres e homens, em que elas possam viver livres da violência de gênero e desfrutar de iguais oportunidades no mercado de trabalho, por exemplo, passa por ensinar crianças e adolescentes a compreender e questionar a estrutura social que normatiza a violência do homem contra a mulher.

É o que pontua Sérgio Barbosa, professor universitário de Filosofia e Sociologia e também coordenador do projeto Tempo de Despertar, programa idealizado pela promotora de justiça Maria Gabriela Manssur do Ministério Público do Estado de São Paulo, em que atua com grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres e dá palestras educativas sobre o tema.

“Quando trabalhamos com crianças, jovens e adolescentes, explicamos que toda aquela situação de violência é baseada no patriarcado e que são essas estruturas que legitimam o controle da mulher. Em decorrência desse patriarcado surge o machismo, que é a expressão da violência simbólica contra as mulheres e, a partir disso, acontece a agressão”, explica Sérgio.

O professor reforça ainda que meninos e adolescentes precisam ter novas percepções de convivência em sociedade, apontando valores e papéis sociais para que esses jovens entendam que certos tipos de comportamentos não são aceitáveis e devem mudar.

“Quando usamos instrumentos e ferramentas para que o menino desconstrua a sua própria

identidade, no movimento de torná-lo protagonista de suas ações, estamos permitindo que ele reveja seus conceitos, redefina suas atitudes e reconfigure seus comportamentos diante de uma mulher. É importante conhecer as ferramentas para que ele possa desconstruir essas masculinidades tóxicas.”

Tainah Fernandes

---

## [Após ‘caso João de Deus’, líder do MDB defende que crime de estupro seja imprescritível](#)

*Simone Tebet (MDB- MS) defendeu, no Twitter, a aprovação de uma PEC para que acabar com prazo para denúncia, hoje de 20 anos*

**[\(O Estado de S. Paulo, 16/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

A líder do MDB no Senado, Simone Tebet (MS), defendeu, por meio de sua conta no Twitter, a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que torna o crime de [estupro](#) imprescritível. Simone relacionou a proposta com as denúncias contra o médium João Teixeira de Faria, o João de Deus, acusado de uma série de abusos sexuais contra mulheres em Abadiânia (GO).

Para Simone Tebet, as acusações contra o líder espiritual demonstrariam a importância para que casos de estupro não tenham prescrição. “Muitos casos denunciados contra ‘João de Deus’, e contra outros, se comprovados, estão prescritos. Cruel, injusto”, escreveu a senadora.

A PEC, de autoria do senador Jorge Viana (PT-AC), permite que as vítimas denunciem o crime à Justiça a qualquer tempo. Hoje, esse prazo é de 20 anos, após o qual ocorre a prescrição. A medida está parada na [Câmara dos Deputados](#) devido à intervenção federal nos Estados do Rio de Janeiro e de Roraima, até 31 de dezembro.

PEC, relatada por mim, torna estupro crime imprescritível. Muitos casos denunciados contra “João de Deus”, e contra outros, se comprovados, estão prescritos. Cruel, injusto. Senado já fez sua parte. Câmara precisa votar em fevereiro, após fim da intervenção Federal no RJ e em RR.

— Simone Tebet (@SimoneTebetms) [16 de dezembro de 2018](#)

### **O caso**

O médium [João de Deus](#) é considerado foragido da Justiça e seu nome foi incluído na lista da



[Interpol](#). A prisão preventiva contra ele havia sido decretada no fim da manhã de sexta-feira, 14. O prazo para que se entregar terminou às 14 horas do sábado, 15. A expectativa é que o líder espiritual se entregue ainda neste domingo, 16.

A reportagem ainda não conseguiu contato, neste domingo, com os defensores do líder espiritual para saber quando e onde, de fato, ele irá se entregar. O advogado de defesa do médium, Alberto Zacharias Toron, havia afirmado em entrevista que seu [cliente vai se entregar antes da apresentação do habeas corpus](#). A ação será proposta na segunda.

Uma vez preso, João de Deus seria levado para Goiânia, onde deve acontecer o interrogatório. O MP de Goiás também investiga eventual movimentação suspeita de recursos financeiros, como transferência de dinheiro das contas de João de Deus.

Renan Truffi

---

## [Elas precisam ser ouvidas, por Flávia Oliveira](#)

*Por décadas, mulheres vítimas de abuso sexual se calaram por sequer saberem-se vítimas*

**[\(O Globo, 14/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Na véspera de a tempestade bíblica de denúncias de abuso desabar sobre João de Deus e seus fiéis, Abadiânia (GO) e sua gente, eu participava com Claudia Moraes, major da PM-RJ, de debate em torno do livro “Falsa acusação”, recém-lançado em português pela Leya. Claudia é uma das responsáveis pelo Dossiê Mulher, relatório publicado desde 2005 pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) com estatísticas e análises da violência de gênero no Rio de Janeiro; no ano passado, 4.173 mulheres registraram crime de estupro no estado. Já o livro resume o ambiente pouco acolhedor das investigações de agressões sexuais que põem em dúvida depoimentos de mulheres nos EUA. Estereótipos sobre comportamento feminino, despreparo de profissionais de segurança e saúde, falta de empatia — machismo, enfim — explicam.

T. Christian Miller e Ken Armstrong, os autores, ganharam o Pulitzer, principal prêmio do jornalismo americano, com a reportagem que deu origem ao livro. Eles esquadriharam as investigações que levaram à captura e ao julgamento de Marc O’Leary, esturador em série de várias mulheres, condenado a 327 anos e meio de prisão em 2011. Na apuração, perceberam como as instituições policiais e judiciais lidam mal com a violência de gênero. E enxergaram a diferença que protocolo adequado e profissional empenhado podem fazer no resultado de um inquérito. Não por acaso, duas policiais foram essenciais para tirar da personagem central a tonelada de desconfiança que a fez vítima em dobro — como se o estupro não fosse suficientemente doloroso e traumático.

Nos EUA como no Brasil, mulheres que sofreram violência sexual, corpo e alma massacrados pela brutalidade, ficam expostas à dúvida, ao constrangimento, à desqualificação, a mais

desgaste físico e emocional quando resolvem denunciar os agressores. Muitas desistem. Medo e desesperança estão por trás da subnotificação histórica desses crimes. Aqui, projeções otimistas dão conta de que apenas 30% dos estupros chegam à polícia — em 2017, segundo o Anuário Brasileiro da Segurança Pública, houve 60.018 registros em todo o país. Se sete em cada dez vítimas silenciam, perto de 140 mil brasileiras deixam de levar abusadores à Justiça. O número pode ser ainda maior, posto que no próprio Fórum Brasileiro de Segurança Pública há pesquisadores certos de que 90% dos casos não são denunciados. Seriam mais de meio milhão de ocorrências não investigadas por ano.

Por décadas, mulheres vítimas de abuso sexual se calaram por sequer saberem-se vítimas. Ou como denunciar. O arcabouço legal construído no país — da Lei Maria da Penha (2006) ao texto que transformou em estupro qualquer ato destinado ao prazer sexual sob ameaça, violência ou não consentido (2009) — tem ajudado na apuração e no julgamento dos casos; as informações maciças sobre direitos, também. Mas as denúncias também dependem fortemente de um ambiente que dê segurança às vítimas: do apoio da família ao atendimento em delegacias e hospitais e à empatia de investigadores e equipes de saúde. A situação é mais grave quando os crimes envolvem crianças e adolescentes. No Dossiê da Mulher RJ, duas em cada três vítimas eram menores de idade; 68% dos casos de estupro aconteceram em residências; quatro em cada dez autores eram pessoas próximas, como companheiros ou ex, pais, padrastos, parentes ou conhecidos.

É particularmente duro levar adiante uma acusação de abuso quando o agressor é figura de projeção social ou comunitária, caso do ex-médico Roger Abdelmassih, do megaprodutor de Hollywood Harvey Weinstein, dos padres e bispos pedófilos da Igreja Católica e, agora, do médium João de Deus. As vítimas, muitas delas ameaçadas durante os atos de violência, sentem-se minúsculas, indefesas diante dos poderosos. “Há um padrão nesse tipo de caso. Mulheres não denunciam por medo, pelas relações de poder. Tomam coragem quando o primeiro caso se torna público”, confirma a promotora Gabriela Manssur, do Ministério Público de São Paulo. Ela participa da força-tarefa que, até ontem, tinha ouvido 12 mulheres que acusam João de Deus. Há outros 12 depoimentos marcados e mais 40 pedidos de agendamento. Ao todo, duas centenas de mulheres se dizem dispostas a denunciar por abuso sexual o homem em que buscavam a cura de doenças e o amparo espiritual. Elas têm de ser ouvidas.

---

## **Cerimônia de entrega do Selo FBSP de Práticas Inovadoras no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - SP/SP, 17/12/2018**

O Selo FBSP é uma iniciativa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que tem como objetivo reconhecer práticas com potencial de transformação em cenários de vulnerabilidade à violência, sistematizando e disseminando o conhecimento produzido por e para profissionais envolvidos com o tema da segurança pública.

Nesta edição de 2018, além da área de segurança pública, também serão avaliadas iniciativas do sistema de justiça e as experiências vencedoras receberão o Selo FBSP de Práticas Inovadoras em uma cerimônia do Instituto Avon na cidade de São Paulo, no dia 10 de dezembro de 2018.

Além das iniciativas ganhadoras, todas as outras finalistas estarão descritas nesta [Casoteca digital](#).



**FBSP**

★ 2018 ★

**PRÁTICAS  
INOVADORAS**

Enfrentamento à  
violência contra  
as mulheres

Contamos com sua participação na cerimônia de  
premição do Selo FBSP 2018 de Práticas Inovadoras

Venha prestigiar o trabalho dos profissionais de segurança pública e justiça  
criminal que se destacaram em 2018 no enfrentamento à violência  
contra as mulheres

**Dia 17 de Dezembro**

**19:00h** Premiação | **Museu da Casa Brasileira**  
**20:30h** Coquetel | Av. Brigadeiro Faria Lima, 2705  
Jardim Paulistano, São Paulo - SP

Confirme sua presença até o dia 13 de dezembro  
(11) 3081-0925 ou [selofbsp@forumseguranca.org.br](mailto:selofbsp@forumseguranca.org.br)

**Realização:**



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

**Co-realização:**

**INSTITUTO  
AVON**

# Unesco reconhece união homoafetiva como patrimônio mundial

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reconhecer, em 2011, a união homoafetiva e a garantia dos direitos fundamentais aos homossexuais, recebeu o certificado MoWBrasil 2018, oferecido pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

**(Universa, 13/13/2018 - acesse no site de origem)**

A decisão foi inscrita como patrimônio documental da humanidade no Registro Nacional do Brasil. O ex-ministro Ayres Britto, do STF, relator das ações que trataram do tema, representou a Corte durante cerimônia ontem (12), no Rio de Janeiro.

“A Constituição é arejadora dos costumes e sabe enterrar ideias mortas”, ressaltou o ministro. “[A decisão do STF] é de proibição do preconceito em função do modo sexual de ser das pessoas”, disse.

Ayres Britto acrescentou que este é um caminho de qualidade civilizatória democrática e humanista. “É caminho sem volta, é descolonização mental.”

A presidente do Comitê Nacional da Memória do Mundo da Unesco, Jussara Derenji, destacou que “um caleidoscópio da história está se formando através de novas contribuições das instituições nacionais”.